



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

II Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325 (2014-2018)

Relatório intercalar de execução

2016

Março de 2017

Índice

Introdução.....	
Área estratégica 1 - Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança.....	
Área estratégica 2 - Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança.....	
Área estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal.....	
Área estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática “mulheres, paz e segurança”, e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade.....	
Área estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018).....	
Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa.....	
Siglas Utilizadas.....	

Introdução

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 4, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2014, de 26 de dezembro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), enquanto entidade coordenadora do II Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325 (2014-2018) - adiante designado de II PNA 1325 – procedeu à elaboração do relatório intercalar sobre a execução das medidas previstas para 2016, bem como a avaliação do cumprimento do plano anual de atividades.

O presente relatório pretende reportar, essencialmente, o trabalho realizado durante 2016 pelas várias entidades que integram o Grupo de Trabalho, tendo por referência as cinco áreas estratégicas de intervenção¹ e as respetivas medidas que as integram.

Para a análise qualitativa e quantitativa da execução do II PNA 1325, faz-se uma abordagem sequencial, medida a medida, em grupos correspondentes às áreas estratégicas.

Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros, manteve-se em funcionamento o grupo de apoio à entidade coordenadora do Plano, que integra representantes das seguintes instituições:

- a) Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;
- b) Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- c) Ministério da Defesa Nacional;
- d) Ministério da Administração Interna;
- e) Ministério da Justiça.

Os dados constantes deste relatório foram coligidos pela CIG, a partir dos contributos recebidos dos Ministérios suprarreferidos.

¹ Área Estratégica 1 – Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança; Área Estratégica 2 – Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança; Área Estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal; Área Estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática «mulheres, paz e segurança», e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade; Área Estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014 -2018).

Implementação das áreas estratégicas de intervenção

Área estratégica 1 - Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança

Medida 1 – Promover o aumento de mulheres nas forças armadas e forças de segurança.

Esta medida pretendia desenvolver campanhas junto de jovens para o reforço da participação de mulheres nas forças armadas e forças de segurança. Neste contexto, o **MDN** promoveu as seguintes ações:

Na Marinha, foram realizadas 56 ações de divulgação junto de jovens. Em termos do recrutamento, verificaram-se 404 ingressos (56 M/348 H).

Em 2016, o Exército efetuou 420 ações de divulgação (o total de 2015 em período homólogo foi de 616). Foram contabilizados até 30 de dezembro de 2016, 7262 candidatos ao Exército, dos quais 1351 do sexo feminino, representando cerca de 19% do total de candidatos. Destas candidaturas, ocorreu a incorporação de 343 cidadãs para o ingresso às categorias de Oficial (40), de Sargento (52) e de Praça (251).

No ano anterior o total de candidatos/as foi de 8493, sendo 1954 femininas, correspondendo a uma percentagem de 23%. Não só houve um decréscimo no número total de candidatos/as como uma diminuição de 4% nas candidatas femininas, comparativamente com o ano transato.

No ano de 2016, o Centro de Recrutamento da Força Aérea (CRFA) efetuou 158 ações de divulgação, das quais 85 foram realizadas pelo Centro de recrutamento da Força Aérea (CRFA) do Norte e as restantes 73 pelo CRFA Lisboa – 77 em Centros de Emprego, 48 em Estabelecimentos de Ensino, 1 num Festival Aeronáutico, 11 em Feiras de Emprego, 10 em Órgãos da Força Aérea, 4 em Feiras/Exposições e 7 em outros locais. No total, ocorreram 411 ingressos, dos quais 70 eram jovens do sexo feminino.

Medida 2 – Promover o aumento da participação de mulheres em missões internacionais de construção e manutenção da paz e segurança, ajuda humanitária e gestão de crises.

Ao nível do **MDN**, o Exército e a Força Aérea reportaram as seguintes ações:

- Exército

Integração nas Diretivas para os aprontamentos das Forças Nacionais Destacadas de indicações para a garantia da existência de mulheres nos efetivos das Forças, formação sobre assuntos do género, medidas de combate ao assédio sexual e preocupações logísticas. Efetivamente, durante 2016, esta atividade foi sendo executada através de informação expressa nas diretivas de aprontamento das Forças Nacionais Destacadas e da nomeação do representante do Género em cada um dos contingentes. O Exército participou em 20 missões diferentes com 809 militares do sexo masculino (Oficiais – 157, Sargentos – 214, Praças - 438) e 37 militares do sexo feminino (Oficiais – 4, Sargentos – 6, Praças - 27).

- Força Aérea

Foi feita uma ampla divulgação interna através de Mensagem ou do Portal de todas as missões em que a Força Aérea participe com a finalidade de promover uma maior participação de militares nestas missões, tendo daqui resultado a participação do seguinte número militares:

1. Missão “Operação Active Endeavour”:

- a) 02FEV-Participaram 13 militares dos/as quais 1 militar do sexo feminino;
- b) 22MAR-13 militares dos/as quais 2 militares femininas;
- c) 27ABR-13 militares dos/as quais 1 militar feminina;
- d) 19MAI-13 militares dos/as quais 1 militar feminina;

2. Missão “Destacamento Frontex 2016-Operação Triton-Projeção” Itália

- a) 29FEV a 31MAR-19 militares dos/as quais 1 militar feminina;
- b) 30ABR a 20MAI (1.ª rotação)-18 militares dos/as quais 2 militares femininos;
- c) 20MAI a 09JUN (2.ª rotação)-17 militares dos/as quais 1 feminino;
- d) 09 a 30JUN (3.ª rotação)-17 militares dos/as quais 2 femininos;
- e) 30AGO a 20SET-18 militares dos/as quais 2 femininos;
- f) 31OUT a 15NOV-18 militares dos/as quais 2 femininos;
- g) 15 a 30NOV-16 militares dos/as quais 1 feminino;

3. Missão “Operação Sophia 2016”- Itália:

- a) 14ABR a 15MAI (1.ª rotação)- 30 militares dos/as quais 1 feminino;
- b) 15MAI a 15JUN (2.ª rotação)- 28 militares dos/as quais 2 femininos;

4. Missão #BAP 2016 – Advance Party” – Lituânia:

- a) 26ABR a 04MAI- 91 militares dos/as quais 5 femininos;
- b) 01 a 31MAI (1.ª rotação)- 89 militares dos/as quais 4 femininos;
- c) 31MAI a 01JUL (2.ª rotação)- 94 militares dos/as quais 5 femininos;

- d) 25JUL a 31AGO- 88 militares dos/as quais 5 femininos;
- e) 31AGO a 07SET- 98 militares dos/as quais 6 femininos;

5. Missão MINUSMA-MALI:

- a. 05 a 08JUL- 12 militares dos/as quais 2 femininos;
- b. 20 a 25NOV- 15 militares dos/as quais 1 feminino;
- c. 27NOV a 28DEZ- 60 militares dos/as quais 6 femininos;
- d. 28DEZ16 a 25JAN17- 61 militares dos/as quais 3 femininos.

Ao nível da participação das Forças de Segurança, da PSP, participaram em missões internacionais 6 homens e 1 mulher. No que se refere a Militares da GNR, participaram 2 elementos do sexo feminino em missões internacionais.

Medida 3 – Divulgar regularmente os postos vagos em organismos internacionais, de forma a promover a nomeação de mulheres para o exercício de cargos, de decisão e outros, nos organismos internacionais de apoio à construção da paz e segurança

O **MNE** publicita, com uma regularidade quase diária, diversas vagas em organizações internacionais, nomeadamente nas Nações Unidas (e agências subsidiárias), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e nas Missões Civis e Operações Militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, para cargos, de decisão e outros, de apoio à construção da paz e segurança, sendo dada prioridade a candidaturas do universo feminino.

Além disto, o MNE transmite, de uma forma periódica, aos Ministérios da Defesa e da Administração Interna os concursos de recrutamento de oficiais militares e de segurança para as diversas operações de paz nas Nações Unidas.

Cumprido, ainda, destacar que, na circular telegráfica mensal relativa às Forças Nacionais Destacadas, é incluída a discriminação por sexo, relativa a todas as missões e operações internacionais, em que Portugal está envolvido.

O **SEF/MAI** apoiou o exercício de funções da ICS Guadalupe Mégre na UNDOC, cargo de prestígio para o país.

DGPJ/MJ procedeu à divulgação, numa base regular, de postos vagos em organismos internacionais. As vagas divulgadas têm como objetivo proporcionar um serviço útil ao agregar, num só local, avisos de concursos de organizações internacionais com relevo para a área da Justiça. São divulgadas vagas no regime de “contratação”, que permite obviar a encargos por parte do serviço de origem, por oposição ao regime de “secondment” que implica custos para as entidades proponentes e o seu aval expresso no momento da candidatura. São, nomeadamente, divulgadas vagas na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (Hcch), no Conselho da Europa (CdE), no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização Europeia de Patentes (OEP), na Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), no Tribunal Penal Internacional (TPI), no Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA), na UNESCO e na União Europeia².

O **MAI**, durante 2016, publicou 68 Avisos. Foram submetidas à SG MAI 9 Candidaturas de mulheres e 59 Candidaturas de homens. Destas, 6 Candidaturas foram aprovadas com sucesso e mais 3 aprovadas aguardando Deployment.

Medida 4 – Promover a nomeação de mulheres para missões de observação eleitoral da UE, OSCE e CPLP.

Em 2016 foram pré-selecionadas/os 46 mulheres e 38 homens para as missões de observação eleitoral internacional organizadas pela União Europeia, das/os quais foram selecionadas para participação nas missões 12 mulheres e 7 homens no Gabão, Gambia, Haiti, Uganda, Peru, Zâmbia e Jordânia.

Neste ano não houve participação institucional de observadores/as portugueses/as em missões a OSCE.

² <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/recrutamento>

Medida 5 – Promover a integração das questões da igualdade de género e de todas as formas de violência contra as mulheres, raparigas e meninas, nas forças destacadas, incluindo em cenários de conflito, pós-conflito e missões internacionais de manutenção de paz e segurança.

Durante 2016, o **EMGFA** coordenou as ações de formação tendo em vista a formação de militares dos três Ramos das FA para a função de "Gender Advisors", bem como promoveu formação de pessoal e contingentes militares para operações de paz da ONU, a saber:

- Frequência de 1 oficial superior (sexo masculino) no curso "A Comprehensive Approach to Gender In Operations", em Madrid, de 13 a 17 de junho de 2016;
- Frequência de 1 oficial general (sexo masculino) no "Key Leader Seminar on Gender in Military Operations", em Norfolk, Virginia, USA, de 07 a 08 de setembro de 2016;
- Frequência de 1 oficial superior (sexo feminino) no curso "A Comprehensive Approach to Gender in Operations", em Haia, de 12 a 16 de dezembro de 2016;
- Aprovação e inclusão nas Diretivas Operacionais (DIROPs) dos procedimentos para certificação das Forças a empenhar em operações da ONU, no domínio da política de tolerância zero sobre exploração e abusos sexuais, bem como na candidatura a cargos das NU, no âmbito do DPKO. Este procedimento foi divulgado aos Ramos;
- Foram enviadas aos Ramos e ao Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM), para conhecimento e eventual implementação necessária, as orientações (Operational Guidelines) das Nações Unidas (NU) sobre casos de Exploração e Abusos Sexuais que possam ser praticados por militares envolvidos em missões no Âmbito nas NU.

Durante o ano em causa, embora a Marinha tenha procedido à divulgação dos cursos, não houve voluntários à frequência dos mesmos.

No **Exército** houve a nomeação de um Oficial do Estado-Maior, em regime de acumulação com as funções de representante desse organismo na Equipa interdepartamental para a Igualdade do MD, enquanto Gender Focal Point.

Durante o ano, 1 oficial superior (sexo feminino) do Exército e 2 oficiais superiores (1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino), da Força Aérea, participaram na "Annual Gender in Military Operations Discipline Conference" do Nordic Centre for Gender in Military Operations, que teve lugar no dia 30 de maio, no Quartel-general da NATO, em Bruxelas.

Medida 6 – Garantir a existência de gabinetes de apoio psicológico para apoio ao pessoal e respetivas famílias antes, durante e após a participação em missões de paz e de cooperação técnico-militar.

O **EMGFA** monitoriza o número de consultas realizadas no Hospital das Forças Armadas. Durante 2016 verificaram-se, no âmbito do acompanhamento psicológico do foro clínico decorrente de participação em missões de paz e cooperação técnico-militar, consultas a 6 pessoas (4H/2M), no 1º semestre. No âmbito do acompanhamento psicológico do foro clínico decorrente de participação em exercícios no território nacional: 1.º Semestre: 2 pessoas (0H/2M). No âmbito do acompanhamento psicológico do foro clínico decorrente de situação conflituante com princípios de igualdade do género: 1.º Semestre: 1 pessoa (0H/1M). No âmbito do acompanhamento psicológico do foro clínico/psiquiátrico decorrente de casos de violência doméstica: 23 pessoas (9H/14M).

Área Estratégica 2 - Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança

Medida 7 – Realizar ações de formação sobre igualdade de género e violência contra as mulheres e raparigas, incluindo violência sexual, violência de género e tráfico de seres humanos, para dirigentes e quadros técnicos da área da justiça, das forças armadas e forças de segurança.

No **MDN** verificaram-se as seguintes participações em ações de formação:

- Participação de 1 representante da Direção de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa, desta Direção-Geral, na 11.ª semana da Responsabilidade Social que pretendeu lançar o debate e reflexão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], na Conferência VI ODS 5 – Igualdade de Género (intervenção da SE para a Cidadania e Igualdade e apresentação do programa das Nações Unidas Women's Empowerment Principles (WEP));
- Participação de representante da Direção de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa, na 1.ª Edição do Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género. Este curso no âmbito do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), é organizado pelo Instituto de Formação e Consultoria do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

A **Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional** organizou uma ação de formação sobre tráfico de seres humanos, que decorreu no dia 19 de Janeiro 2016, nas instalações do MDN, em colaboração com a CIG/OTSH, com especial enfoque na formação de formadores/as da Autoridade Marítima Nacional. Participaram 23 formandos/as, dos/as quais 14 homens e 9 mulheres.

Verificou-se ainda a participação de militares nas seguintes ações:

- 2 oficiais (1H/1M) na 3.ª ação de sensibilização/formação para conselheiras e conselheiros ministeriais para a Igualdade de Género, e membros das equipas interdepartamentais, ministrada pela CIG nas instalações da PCM, dias 7 e 14 de outubro de 2016;

- 2 oficiais (1H/1M) na Conferência Internacional “Políticas e práticas na intervenção em violência de género”, que teve lugar no Fórum de Lisboa, de 24 a 25 de novembro de 2016;
- 1 oficial superior (M), na 1.ª Edição do Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género. Este curso no âmbito do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), é organizado pelo Instituto de Formação e Consultoria do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. O curso teve início em outubro de 2016 e continuará a decorrer até fevereiro de 2017.

O **MAI**, no âmbito do Tráfico de Seres Humanos, promoveu uma ação de formação onde participaram 43 pessoas (40H/3M). Por outro lado, promoveu uma formação de formadores/as - MIPP/Policiamento de Proximidade (Menores, Violência Doméstica, crimes sexuais, tráfico de seres humanos, fenómenos extremistas, comunidades minoritárias, etc. Estiveram presentes 234 pessoas (203H/31M).

No âmbito do Projeto “Significativo Azul”, que visa a prevenção de maus tratos à população portadora de deficiência implementado a nível nacional, foi realizada uma formação onde estiveram presentes 15 profissionais (14H/1mulher).

Quanto à formação de prevenção e combate à Violência Doméstica, foram formados/as 511 profissionais (465H/46M).

Em matéria de Gestão de Ocorrências (Menores, Violência Doméstica, crimes sexuais, tráfico de seres humanos, fenómenos extremistas, comunidades minoritárias, etc.), estiveram envolvidos/as 263 profissionais (247H/16M).

Na formação “Juntos por Todos” (Menores, Violência Doméstica, crimes sexuais, tráfico de seres humanos, fenómenos extremistas, comunidades minoritárias, etc.), participaram 36 profissionais (33H/3M).

A **DGPJ/MJ** (em colaboração com a CIG) promoveu duas sessões de formação em matéria de igualdade de género para os pontos focais da cooperação da área da justiça. Esta iniciativa incidiu sobre Igualdade de Género, Violência Doméstica, Mutilação Genital Feminina e sobre a RCSNU 1325 – Mulheres, Paz e Segurança. As ações que decorreram em 2016 tiveram a

seguinte participação: 28 de abril de 2016 – 20 participantes (5H/15M); e 4 de julho de 2016 – 10 participantes (todos do sexo feminino). (esta ação dá resposta à medida 8).

Medida 8 – Promover a formação em igualdade de género e violência contra as mulheres e raparigas, incluindo violência sexual, violência de género e tráfico de seres humanos, das forças armadas e forças de segurança e da área da justiça nomeados para missões internacionais de construção e manutenção de paz e segurança.

O **EMGFA** promoveu a sensibilização junto dos Ramos para a necessidade de frequência em seminários sobre a perspetiva de género nas operações militares, por parte dos Comandantes das Forças Nacionais Destacadas. O EMGFA tem acompanhado as ações de divulgação sobre formação na área do Género e assegurado que a mesma chega ao conhecimento dos Ramos, nomeadamente:

- “Gender Community of Interest Workshop” (22 a 23Fev.2016, na Suécia);
- “Gender in Military Operations Annual Discipline Conference 2016” (30 maio 2016, no NATO HQ em Bruxelas);
- I Congresso do Centro Interdisciplinar de Estudos do Género (25 a 27 maio 2016 em Lisboa);
- “Gender Key Leader Seminar” (8 a 9 junho 2016, no SHAPE em Mons (Bélgica), para Oficiais Gerais ou equiparados);
- XI curso “A Comprehensive Approach to Gender in Operations” (13 a 17 junho 2016 em Madrid);
- curso de “formação especializada em igualdade de género” (22 out16 a 04Fev17, no ISCSP);
- “Ação de sensibilização sobre igualdade de género” (7 e 14 outubro 2016, na PCM);
- Curso piloto do CESD “Gender Integration in CSDP” (20 a 22 setembro de 2016, em Bruxelas);
- “Key Leader Seminar on Gender in Military Operations” (7 a 8 setembro 2016, em Norfolk - USA, para Oficiais Gerais ou equiparados);
- “Workshop on Military Guidelines on prevention of, and response to, conflict-related sexual and gender based violence” (19 outubro 2016, na Bélgica);
- Curso piloto “Gender and Security Sector Reform” (2 a 4 novembro 2016, em Espanha);

- Curso “A Comprehensive Approach to Gender in Operations” (12 a 16 dezembro 2016, em Haia).

A **Marinha** promove formação/ sensibilização específica em perspetiva de género, respeitante ao aspeto social da missão (Anexo B do Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 33/11, de 11 de maio). Em 2016, 111 militares, dos quais 6 militares do sexo feminino, cumpriram o aprontamento conforme estipulado no Anexo B do Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 33/11, de 11 de maio.

No **Exército** foi ministrada formação a 181 militares que integraram Forças Nacionais Destacadas (FND), dos/as quais 6 eram do sexo feminino.

Medida 9 – Promover o intercâmbio e divulgação das experiências vividas entre elementos destacados em missões de manutenção e construção da paz e segurança.

Medida não executada.

Medida 10 – Elaborar relatório sobre a participação das mulheres das forças armadas em missões de paz entre 2008/2013 e promover a divulgação dos resultados.

A **DGRDN/MDN** procedeu à conceção de plano de amostragem e implementação dos processos de recolha de informação) e ao processamento e análise de resultados. A aplicação dos questionários foi concluída e o tratamento informático dos dados está em curso.

Medida 11 – Elaboração de um Código de Conduta para pessoal envolvido na gestão de crises e em operações de paz bem como os respetivos mecanismos de monitorização.

Durante o segundo semestre de 2016, o **EMGFA** promoveu a realização de uma reunião com um especialista nesta matéria, ex-representante em assuntos do género do Exército, da qual resultou a elaboração de um *draft* de um Código de Conduta comum, que vai ser colocado à consideração dos ramos das Forças Armadas durante o primeiro semestre de 2017.

Área estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal

Medida 12 – Integrar a temática «mulheres, paz e segurança» nas ações de cooperação técnico-militar bilateral e multilateral.

Durante 2016, verificaram-se as seguintes ações, no âmbito do **MDN**:

- Negociação de Acordo de Cooperação Bilateral no domínio da Defesa entre Portugal e a Colômbia que contempla como uma das áreas de cooperação as políticas de género e o papel das mulheres na prevenção de conflitos e consolidação da paz.
- Reunião bilateral realizada com representantes da Defesa Nacional do Brasil, sob a coordenação da DGPDN, no dia 13Abr.2016, para intercâmbio de experiências e conhecimentos adquiridos.

No caso da formação ministrada no Instituto Universitário Militar (IUM), o Corpo Docente está sensibilizado e é conhecedor desta temática. O Instituto tem vindo a reforçar a componente correspondente à RCSNU 1325 nos cursos. Assim, designadamente nos cursos que incluem Oficiais de países onde prosseguem ações de Cooperação Técnico-Militar (CTM), e cuja aprovação dos planos de curso recai sobre as autoridades Militares Portuguesas, estas temáticas são incluídas. A título de exemplo, os Planos dos Cursos de Promoção a Oficial Superior dedicam dois tempos escolares às questões de género e da Resolução nº 1325 do CSNU.

O mesmo sucede no Curso de Estudos Africanos, no módulo História de África, a conferência “Tradição e modernidade em África” e no módulo Prevenção e Gestão de Conflitos em África, a conferência “A intervenção humanitária e a responsabilidade de proteger”, incluem referências à temática referida.

Houve inclusive uma conferência específica com o título “As questões de género e os conflitos em África” ministrada pela Dr.^a Mónica Ferro, bem como a inclusão de temas neste âmbito em projetos a desenvolver nos vários cursos. Destaque para a realização por um auditor do Curso de Promoção a Oficial General de trabalho de investigação sobre “A integração da perspetiva de género nas Forças Armadas Angolanas: diferenças e desafios a ultrapassar”.

Quanto à formação nos PALOP: nos cursos ministrados nas Escolas Militares com que o IUM coopera no âmbito da CTM, a temática é incluída na preparação dos cooperantes, que a lecionam na formação, nos contextos apropriados.

Em Angola, no âmbito do projeto do Núcleo Conjunto de Coordenação - Apoiar a Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas, prevê-se como objetivo específico Apoiar a capacitação de Forças para Operações de Apoio à Paz (FOAP) nas quais estas matérias são abordadas.

Também em Timor-Leste nos cursos de Formação Inicial dos militares estas temáticas estão incluídas. Inclusive, na renegociação do Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com Timor-Leste, a DCD apresentou a proposta de texto com a indicação de que “a CTM pode contribuir, em ambos os países, para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 (Igualdade do Género) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) das Nações Unidas e, em especial, dos Planos de Ação Nacional para a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança”.

Na componente de Defesa da CPLP, a DGPDN propôs em março de 2016 aos parceiros e ao Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, a realização de Seminário/Conferência/formação que permita eventualmente associar a temática da RCSNU nº 1325 ao enquadramento jurídico das Operações de Paz e ao Direito Humanitário Internacional e demais instrumentos internacionais orientadores das melhores práticas relativas à participação em Operações/missões de construção e manutenção da paz e segurança internacionais e cenários de emergência e gestão de crises.

Nessa sequência o Centro de Análise Estratégia (CAE) organizou em Maputo, em parceria com ONU Mulheres, um Seminário da série Político-Diplomático subordinado ao tema Análise do Conteúdo, no Âmbito da Componente de Defesa da CPLP, da Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre Mulher, Paz e Segurança.

Medida 13 – Incluir a temática «mulheres, paz e segurança» na cooperação jurídica e judiciária com outros Estados, nomeadamente com vista à implementação da Resolução 2106, do CSNU.

O **MJ**, através da **DGPJ**, manteve, na cooperação internacional, a estratégia promotora dos direitos humanos. Neste âmbito, foram promovidas, em 2016, pela DGPJ (em colaboração com a CIG), duas sessões de formação em matéria de igualdade de género para os pontos focais da cooperação da área da justiça. Esta iniciativa incidiu sobre Igualdade de Género, Violência Doméstica, Mutilação Genital Feminina e sobre a RCS ONU – Mulheres, Paz e Segurança.

Em 2016, no contexto da Conferência dos Ministros da Justiça dos países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), foi elaborado, com a colaboração da representação nacional, um questionário sobre a propriedade da terra e questões conexas, com abordagem da titularidade da propriedade pelas mulheres. O questionário foi aplicado a todos os Estados-membros e encontra-se em fase de tratamento e análise, pela Comissão de Trabalho da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com vista à elaboração de uma proposta de Estratégia e de um Plano de Ação, especialmente concebidos para as necessidades e características dos Estados-membros, a ser submetida à consideração de S. Exas. Os Ministros da Justiça aquando da XV CMJCPLP.

Medida 14 – Integrar as questões de género e da violência contra mulheres e raparigas, incluindo a violência doméstica, as práticas tradicionais nefastas e o tráfico de seres humanos, bem como as questões da necessidade de proteção das vítimas e punição dos/as agressores/as, no quadro da cooperação técnico-jurídica com os ministérios da justiça, tribunais e órgãos de investigação criminal, dos países parceiros.

O **MJ**, através da **DGPJ**, manteve, na cooperação internacional, a estratégia promotora dos direitos humanos. Neste âmbito, foram promovidas, em 2016, pela DGPJ (em colaboração com a CIG), duas sessões de formação em matéria de igualdade de género para os pontos focais da cooperação da área da justiça. Esta iniciativa incidiu sobre Igualdade de Género, Violência Doméstica, Mutilação Genital Feminina e sobre a RCS ONU – Mulheres, Paz e Segurança.

Destaca-se, também, que todos os programas de cooperação na área da justiça, submetidos em 2016 (para vigorarem em 2017) para aprovação técnica do Instituto Camões, designadamente

para Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé, Guiné e Angola, têm incorporada expressa menção à dimensão de género.

Medida 15 – Promover a integração da temática “mulheres paz e segurança” nos documentos das Nações Unidas, UE, CPLP, OSCE e OTAN.

- **No Quadro das NU**

Portugal participou ativamente no Debate aberto do Conselho de Segurança sobre Mulheres, Paz e Segurança - Violência Sexual em Situações de Conflito e Tráfico de Seres Humanos que teve lugar em 19 de junho de 2016, durante a presidência francesa do CSNU. Neste contexto, Portugal copatrocinou, uma vez mais, a resolução sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflito, adotada pela Assembleia Geral.

Durante o debate aberto do Conselho de Segurança sobre “UN peace and security cooperation: Chapter VIII application and the future of the african peace and security architecture”, que teve lugar no dia 24 de maio de 2016, Portugal apelou, uma vez mais, à importância de os Estados elaborarem e implementarem Planos Nacionais de Ação da RCSNU 1325.

Igualmente em maio de 2016, nos dias 10 e 11, num debate temático de Alto Nível nas Nações Unidas sobre Paz e Segurança, destacando os compromissos assumidos no quadro da implementação da RCSNU 1325.

Portugal participou ativamente no Debate Aberto sobre o Papel das Mulheres na Prevenção de Conflitos em África, organizado pela presidência angolana do Conselho de Segurança, em 28 de março de 2016.

Também no quadro das Nações Unidas, destaca-se que, no seguimento da iniciativa Espanhola no Conselho de Segurança em 2015, Portugal designou um Ponto de Contacto para a rede de Pontos de Contacto para a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”.

No que respeita à 3ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas e ao Conselho de Direitos Humanos, Portugal pugnou, ativamente, pela inclusão de referências à Resolução 1325 e à violência sexual em conflito nas várias resoluções e declarações relevantes.

No decorrer da 60ª sessão da Comissão do Estatuto da Mulher do ECOSOC (março), Portugal procurando dar destaque à promoção da igualdade de género e ao combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. A delegação nacional contou com a presença de S. Exa. a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

- **No Quadro da OSCE**

No que respeita a candidaturas, Portugal apoiou a candidatura de uma Conselheira de Direitos Humanos e de Direitos Humanos e Segurança na Missão da OSCE no Kosovo – a qual foi selecionada. A Dra. Ana Isabel Atanásio Alves exerce funções desde 13 de junho de 2016. Portugal apoiou, também, a candidatura de uma Conselheira de Ética para a Missão Especial de Monitorização na Ucrânia (SMM) – a qual foi selecionada (a 3 de outubro de 2016). A Dra. Susana Alves Pedro está em funções até 31 de março de 2017, com possibilidade de prorrogação.

Asseguramos, uma vez mais, a representação nacional na Reunião Anual de Implementação da Dimensão Humana da OSCE (HDIM), que teve lugar em Varsóvia, de 19 a 30 de setembro, tendo a Embaixada em Varsóvia assegurado a intervenção nacional, com base em elementos preparados pela CIG, na sessão sobre Igualdade de Género, que decorreu a 28 de setembro.

Cumpramos, também, destacar que Portugal esteve representado, através da CIG, na Conferência de Alto Nível sobre a Implementação da RCSNU 1325, que teve lugar em Berlim, a 18 de novembro de 2016, sob o tema “A case for inclusive peace and security: how to accelerate the implementation of UNSCR 1325?”. A conferência incluiu sessões sobre a participação de mulheres na paz e segurança, a violência sexual como uma tática de conflito e o reforço da participação das mulheres no ciclo do conflito na região da OSCE.

Ainda no quadro da OSCE, Portugal esteve representado, através da Embaixada em Berlim, na Reunião de Peritos sobre Compromissos de Direitos Humanos, que teve lugar a 12 de outubro de 2016, organizada no âmbito da Presidência-em-Exercício alemã. A organização da iniciativa coube ao Instituto Alemão para os Direitos Humanos, com o apoio do Governo Federal Alemão, sendo o objetivo o de debater a implementação na Alemanha dos compromissos políticos em matéria de Direitos Humanos e Democracia. No quadro daquela reunião, destaque para a realização de um painel de discussão dedicado ao tema “Mulheres, Paz e Segurança”, tendo a CIG preparado os elementos para a intervenção nacional.

- **No Quadro da UE**

Portugal promoveu sistematicamente a integração de uma perspetiva de género e sobre mulheres paz e segurança participando ativamente nas discussões em curso, nomeadamente, no grupo de trabalho do Conselho de Ministros sobre Direitos Humanos, no Comité Político e de Segurança, no Comité dos Aspetos Civis da Gestão de Crises da UE e no Grupo Político-Militar.

No âmbito das Reuniões do COPS em que participou a Conselheira Principal do Serviço Europeu de Ação Externa em questões de Género e de aplicação da Resolução 1325, Portugal reiterou a importância de “mainstreaming” das questões de género no planeamento das missões CSPD, bem como o aumento da participação de mulheres nestas missões.

Sempre que necessários, remetemos elementos sobre a implementação as Resoluções do Conselho de Segurança 1325 e 1820 sobre Mulheres, Paz e Segurança para o relatório da UE sobre a implementação destas resoluções. Neste contexto, colaborámos ativamente no processo de revisão dos indicadores que visam medir a implementação destas resoluções na UE.

- **No Quadro da CPLP**

No quadro da CPLP, decorreu, a 10 de maio, a IV Reunião Ministerial da Igualdade de Género da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Tema desta Reunião foi o “Empoderamento económico da mulher, género e globalização”. Durante os trabalhos, foram proferidas as comunicações das ministras e dos ministros ou representantes de Estados membros da CPLP e discutidas as propostas e aprovado o Plano de Ação para a Igualdade de Género da CPLP para 2016-2018 e aprovada a Declaração da reunião. De realçar que o Plano de Ação contém no Eixo 15: Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz, que tem como objetivo Específico: Promover a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, a seguinte prioridade: promover a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre mulheres, paz e segurança.

Portugal participou, através da Embaixada em Moçambique, num seminário sobre a implementação da RCSNU 1325, que se realizou em Moçambique, no dia 13 de outubro.

Medida 16 – Participar ativamente na *task force* da UE para a implementação da RCSNU 1325.

A **CIG** participou na reunião da *EU Task Force* que teve lugar em Bruxelas, no dia 27 de outubro. A abordagem global da UE sobre “mulheres, paz e segurança” estipula que deve ser promovido um intercâmbio de informações entre os diferentes atores envolvidos nesta questão. Neste sentido, foi criada, em 2009, a *Task Force* sobre a RCSNU 1325 que, desde esta data, reúne regularmente em Bruxelas. A *Task Force* visa aumentar a coordenação interinstitucional e promover uma abordagem coerente para as questões de género. É composta por funcionários/as que trabalham na igualdade de género e nas questões de segurança no Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), no Secretariado do Conselho e nos serviços da Comissão Europeia e é aberto à participação dos Estados-membros da UE. Uma troca de informações aberta entre os Estados-Membros é organizada uma vez por ano com vista a discutir a implementação da Resolução 1325, ao nível nacional, tendo em vista partilhar as melhores práticas e identificar interesses comuns, bem como identificar dificuldades no passado e apreender lições para o futuro.

O **MNE** continuou a divulgar e a participar, em conjunto com a CIG, nas reuniões da *task force* da UE para a implementação da Resolução do CSNU 1325, tendo circulado os respetivos relatórios ao GT de acompanhamento do 2º PNA 1325. Circulou, também, informação e convites relativos a eventos de natureza diversa sobre esta temática.

Medida 17 – Promover os objetivos da RCSNU 1325 nas missões de PCSD da UE, nomeadamente o aumento da participação de mulheres, a formação sobre a RCSNU 1325, incluindo sobre a violência sexual em situações de conflito, sobre VIH/SIDA e saúde das mulheres.

O **MNE** tem defendido a integração de uma perspetiva de género nas missões da PCSD.

Medida 18 – Formular recomendações a outros Estados sobre a implementação da RCSNU 1325 nas declarações nacionais no âmbito do Exame Periódico Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Como em anos anteriores, no âmbito das sessões do Exame Periódico Universal (UPR) no Conselho de Direitos Humanos das NU que decorreram em 2016, Portugal recomendou, aos

Estados que ainda não o tivessem feito, a criação de Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança segundo a resolução do Conselho de Segurança 1325.

Medida 19 – Contribuir regularmente para os Indicadores das Nações Unidas para Monitorizar a Implementação da RCSNU 1325.

O **MNE** mantém uma política de contribuição regular, e atempada, respondendo aos questionários e pedidos de informação das Nações Unidas, incluindo sobre a implementação da RCSNU.

Medida 20 – Apoiar o reforço da participação das mulheres, raparigas e meninas e a defesa dos seus direitos humanos, poder e influência nos projetos de cooperação para o desenvolvimento.

A Igualdade de Género constituiu um princípio orientador em todas as políticas setoriais de cooperação para o desenvolvimento. A transversalidade é assumida na preparação e execução dos Programas e projetos apoiados pelo Camões IP.

O valor global da APD portuguesa que concorre para a Promoção da Igualdade de Género correspondeu, em 2015, a cerca de 30 milhões de euros (Dados de 2016 ainda se encontram em fase de apuramento, pelo que é prematuro apresentar estimativas de montantes). Concorrem para este valor os projetos classificados com o Marcador Igualdade do Género de acordo com as regras de notificação estatística do CAD/OCDE, que identifica os projetos que tenham como objetivo principal ou significativo promover a igualdade do género e a capacitação das mulheres ou reduzir a discriminação e desigualdades baseadas no sexo.

Área estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática “mulheres, paz e segurança”, e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade

Medida 21 – Divulgar o II PNA 1325.

O II PNA 1325, nas suas versões em língua portuguesa e inglesa, foi circulado por todas as Embaixadas acreditadas em Portugal e transmitido às Missões e Representações Nacionais junto das Organizações Internacionais relevantes (UE, CdE, ONU-NI, NUOI, NATO e OSCE) para ser divulgado.

Medida 22 – Incluir o tema “mulheres, paz e segurança” nos cursos ministrados pelo IDN e IESM.

O **IDN** teve a seguinte programação anual de conferências sobre a temática:

- Curso de Defesa Nacional 2015/16 (42H/9MH) – 1 conferência;
- Curso de Defesa Nacional 2016/17 (41H/10M) – 1 conferência.

Obs.: A periodicidade deste curso é anual, sendo a carga horária de 250h30m. A carga horária da temática é de 1h30m.

- Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (5H/10M) – 1 conferência.

Obs.: A periodicidade deste curso é anual, sendo a carga horária de 63h. A carga horária da temática é de 1h30m.

- Curso de Gestão Civil de Crises (29H/13M) – Na conferência: A estratégia da União Europeia para Estados em situação de fragilidade, foi também abordada a temática do género no que se refere ao papel da mulher na conflitualidade.

O **IUM** promoveu, igualmente, a inclusão da temática nos cursos e na a seleção de temas neste âmbito para trabalhos.

- Realização de quatro trabalhos de Investigação Individual, três no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS) e outro no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG).

Temas no âmbito do CPOS:

- “A importância dos instrumentos no âmbito dos assuntos de género para o aumento da capacidade operacional da Marinha na gestão de conflitos”;
 - “A diferença de género na resolução de conflitos existentes entre os militares da Força Aérea”;
 - “O género como variável independente na gestão de conflitos entre militares”;
 - Tema no âmbito do CPOG - “Integração da perspetiva de género nas forças armadas angolanas: diferenças e desafios a ultrapassar”;
- Inclusão no Curso de Estudos Africanos de uma conferência específica com o título “As questões de género e os conflitos em África” ministrada pela Dr.^a Mónica Ferro.

Medida 23 – Gerir e atualizar a página *web* sobre mulheres, paz e segurança.

A **CIG** gere e atualiza permanentemente a página sobre mulheres, paz e segurança³.

Medida 24 – Realizar debates sobre a temática «mulheres paz e segurança».

A **DGRDN/MDN** promoveu a realização de uma palestra a formandos/as do curso “Empowering Women in the 21st Century”, do ISCTE, em parceria com a AIM Overseas, no sentido de lhes dar a conhecer a experiência portuguesa na área da Defesa Nacional no âmbito das questões de género e do empoderamento das mulheres. A palestra teve lugar no dia 25 de janeiro nas instalações da Esquadilha de Submarinos da Base Naval de Lisboa. O evento contou com 22 participantes (19M/3H).

³ <https://www.facebook.com/MulheresPazESeguranca>

Medida 25 – Divulgar documentos e orientações internacionais em matéria de mulheres, paz e segurança.

As entidades que fazem parte do Grupo de trabalho divulgam regularmente informação e orientações sobre assuntos de Mulheres, Paz e Segurança, com especial foco em documentos das Nações Unidas, União Europeia, OSCE.

Destaca-se, ainda, a divulgação, pelo **CICL**, a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, documento que contém orientações muito precisas em matéria de género que terão de ser cumpridas por todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento.

Merece igualmente referência que os Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) contemplam a questão da promoção da igualdade de género, o apoio a grupos mais vulneráveis e à sociedade civil como objetivos transversais das áreas de intervenção prioritárias.

Medida 26 – Promover ações de sensibilização em questões de saúde e direitos humanos, incluindo sobre violência sexual e violência de género, de acordo com os objetivos do plano, aos/às alunos/as do ensino superior.

No âmbito do **MDN**, foi ministrada a ação de sensibilização aos alunos do 4.º ano da Academia Militar a um total de 55 alunos, dos quais 5 eram do sexo feminino.

Foram igualmente realizadas Ações de Sensibilização/formação sobre estas temáticas aos/às alunos/as da Academia da Força Aérea pelo Centro de Saúde da Base Aérea n.º 1, sito em Sintra, durante o ano de 2016. No total foram realizadas 7 ações de sensibilização, que decorreram nos dias 15 de janeiro, 24 de fevereiro, 02, 14 e 16 de março, 13 de setembro e 14 de dezembro.

Área estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018)

Medida 27 – Promover reuniões com representantes da sociedade civil para implementação, acompanhamento e avaliação do II PNA 1325.

Medida não executada.

Medida 28 – Cooperar com as organizações da sociedade civil no intercâmbio de competências no âmbito dos assuntos de género, nos teatros de operações e missões internacionais de manutenção da paz, gestão civil de crises e gestão de emergência no domínio da proteção civil.

Medida não executada.

Medida 29 – Apoiar projetos de cooperação promovidos por organizações da sociedade civil, no âmbito de intervenção do plano.

O **Instituto Camões I.P.** apoia(ou) em 2016 treze projetos em fase de implementação, a saber:

1 - Projeto “Apoio à Criança” da ONGD ADP-Mértola

Duração: 2014-2016

Custo global: 753.400,00 €; Financiamento CICL: 190.200,00 €

Objetivos: Permitir o acesso à educação para um maior número de crianças; Aumentar o nível de conclusão do ensino primário; Aumentar a transição de alunos para o ensino secundário; Aumentar a taxa de frequência escolar por parte das raparigas; Promover e aumentar o sucesso educativo dos alunos; Reduzir o trabalho infantil; Promover uma maior cobertura dos cuidados de saúde primários e preventivos; Tornar os serviços de saúde mais adequados às necessidades das crianças; Reduzir a mortalidade infantil; Aumentar a segurança alimentar das crianças.

Grupo-alvo: 14.200 crianças/jovens; 11.251 habitantes do bairro; 99 formadores/professores/animadores; 30 técnicos.

2 - Projeto “Machambeiros de Matutuine” da ONGD VIDA

Duração: 2015-2018

Custo global: 426.909,00 €; Financiamento CICL: 127.073,00 €

Objetivos: Aumento dos rendimentos familiares e segurança alimentar das famílias rurais, organizadas em associações, com especial ênfase para a liderança feminina nos processos comunitários do distrito de Matutuine.

Grupo-alvo: 450 agricultores da União: Entre eles, 130 pessoas na capacitação para a gestão e liderança, 30 destas para a gestão da Casa Agrícola; 100 mulheres do grupo de Segurança Alimentar e Nutrição da União; 100 pessoas na capacitação em técnicas agrícolas melhoradas.

3 - Projeto “Educação para a Cidadania e para os Direitos Humanos” da ONGD APDES

Duração: 2014-2017

Custo global: 178.896,17 €; Financiamento CICL: 50.901,53 €

Objetivos: Aumentar a consciência da importância da participação cívica em franjas da população mais vulneráveis e em fases precoces do seu desenvolvimento; Aumentar o conhecimento das crianças relativo aos direitos humanos universais; Aumentar os níveis de significação das crianças com os valores democráticos; Melhorar a visão crítica em relação às estruturas sociais que condicionam/influenciam a vida das pessoas e grupos sociais; Aumentar o respeito pelos outros e a adoção de práticas igualitárias em termos de direitos; Aumentar a equidade na participação, nomeadamente quanto ao género, religião, etnia e deficiência; Aumentar a autonomia, proatividade e a participação na vida da comunidade; Aumentar a disponibilidade das ONGs locais para o trabalho em rede na área dos direitos humanos.

Grupo-alvo:

Beneficiários diretos: 400 crianças/ano letivo; 24 professores; 12 professores estagiários; 30 adultos (alfabetização de adultos).

Beneficiários indiretos: 50 estudantes do ensino superior e futuros profissionais; 400 famílias; outros professores (anos subsequentes); 20 ONG e outras associações formais ou informais locais; população em geral (90 mil habitantes, incluindo 40 mil crianças em idade escolar).

4 - Projeto “Okupenda, Abrir Caminho II” da ONGD Leigos para o Desenvolvimento da ONGD Leigos para o Desenvolvimento

Duração: 2015-2017

Custo global: 95.475,00 €; Financiamento CICL: 47.135,40 €

Objetivos: Aumentar a taxa de inserção dos jovens na vida ativa através da consolidação da resposta do GAIVA e do reforço das capacidades das estruturas locais do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS); Empoderar social e

economicamente as mulheres do bairro da Graça através de um programa de desenvolvimento multidimensional (PDM); Produzir e disseminar conhecimento sobre práticas de promoção da empregabilidade e do empreendedorismo adequadas a contextos como os do bairro da Graça, no seio e a partir do Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela (ISPOCAB), do Instituto Superior Politécnico (ISP) Jean Piaget Benguela e do Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE).

Grupo-alvo: 600 utentes do GAIVA (500 H; 100 M); 60 jovens a frequentar estágios (42 H; 18 M); 60 mulheres.

5 - Projeto “MAP - Mozambique and Angola Project - Formação e Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário” da ONGD GRAAL

Duração: 2013 a 2016

Custo Global: 277.412,80 €; Financiamento CICL: 67.759,98 €

Objetivo: Capacitar organizações e movimentos locais de Angola e Moçambique, segundo a metodologia do Training for Transformation (TfT), de modo a potenciar a sua intervenção junto das comunidades; Promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades locais, reforçando, em particular, o grau de liderança das mulheres.

Grupo- Alvo:

Beneficiários Diretos em Angola: 80 membros e/ou técnicos de organizações e movimentos, em que 75% são mulheres, 10 da PROMAICA do Luena e 15 membros da PROMAICA do Saurimo e Dundo, em que 100% são mulheres, 5 da Comissão Justiça e Paz Diocesana do Luena e 5 membros da Comissão Justiça e Paz Diocesana do Saurimo e do Dundo, em que 50% são mulheres, 15 de organizações e instituições civis do Luena, em que 60% são mulheres, 10 de organizações e instituições civis do Saurimo e Dundo, em que 70% são mulheres.

Beneficiários Diretos em Moçambique: 100 técnicos e/ou membros de organizações e movimentos, em que 50% são mulheres, 30 da Comissão Diocesana Justiça e Paz da Beira e de Maputo, em que 50% são mulheres, 30 do Fórum Mulher de Moçambique (Plataforma das ONG e Organizações de Mulheres de Maputo), em que 100% são mulheres, 30 Cáritas Diocesana de Maputo e da Beira, em que 70% são mulheres; 10 de organizações e instituições da sociedade civil da Beira e de Maputo (exs. organização ESTAMOS, Igreja Metodista, CLED-ADEL, etc.) em que 60% são mulheres.

6 - Projeto “Anhacanau Adjanhau – A Mulher Líder na Gestão Comunitária dos Serviços de Saúde Materno-Infantil” da ONGD VIDA

Duração: 2014-2016

Custo Global: 380.820,9 €; Financiamento CICL: 218.660,66 €

Objetivo: Contribuir para a redução das taxas de mortalidade materno-infantil nas Áreas Sanitárias (AS) de S. Domingos, Suzana e Varela.

Grupo-alvo: Mulheres em idade fértil e crianças < de 5 anos: 4.350 e 6.630, respetivamente; 10 Técnicos de saúde das AS de S. Domingos, Suzana e Varela; 81 Agentes de Saúde Comunitária de São Domingos, Suzana e Varela; 7 Elementos da direção regional de saúde; População de Suzana e Varela: 9.155 e 10.601, respetivamente.

7 - Projeto “Reforço das estruturas de saúde de iniciativa comunitária na Região de Cacheu - Mutualidade de Saúde e Centro Comunitário de Saúde Materno Infantil de São Domingos” da ONGD VIDA

Duração: 2017-2018

Custo Global: 320.868,22 €; Financiamento CICL: 240.651,17 €

Objetivo: Reforçar o sistema da mutualidade de saúde nas áreas sanitárias de Suzana e Varela; Melhorar o sistema de gestão do Centro Comunitário de Saúde Materno Infantil de São Domingos (Centro e Farmácia Comunitária); Melhorar a qualidade da implementação do Pacote Mínimo de Atividades (PMA) em Estratégia Fixa (EF) e Avançada (EA) dirigido às crianças < 5 anos, mulheres em idade fértil e grávidas do Centro Comunitário de Saúde Materno-Infantil de S. Domingos (CCSMISD).

Grupo-alvo: Associados mutualistas e membros dos 9 comités de gestão; Mulheres em idade fértil (MIF) (5.335) e crianças < de 5 anos de São Domingos, Suzana e Varela (3.423); Populações das Áreas Sanitárias de Suzana e Varela (40.798); Técnicos de saúde das Áreas Sanitárias de São Domingos, Suzana e Varela (8); Elementos da equipa do CCSMISD (Ministério da Saúde (MINSAP) e Associação de Mulheres de São Domingos).

8 - Projeto “Kópóti pa Cudji nô Futuro” da ONGD VIDA

Duração: 2015-2018

Custo Global: 501.452,03 €; Financiamento CICL: 125.363,01 €

Objetivo: Aumentar a produção e consumo de produtos hortícolas e de arroz nas áreas de Suzana e Varela; Melhorar a rede comercial de produtos hortícolas na região de forma a aumentar o rendimento das agricultoras; Capacitar quadros técnicos agrícolas e promover uma rede de I&D (Investigação & Desenvolvimento) agrícola.

Grupo-alvo:

Beneficiários diretos: UBOMAL - Associação de Mulheres de Suzana; Grupos de mulheres de Varela; 75 mulheres e jovens agricultoras; 6 jovens dinamizadores rurais; 12 técnicos superiores de agricultura; 750 mulheres e jovens das áreas de Suzana e Varela.

Beneficiários indiretos: 3.750 pessoas do setor de São Domingos; Comerciantes e intermediários do setor agrícola.

9 - Projeto “Mulheres + - Valorização Inclusiva e Solidária da Cultura Guineense” da ONGD CIDAC

Duração: 2016-2018

Custo Global: 507.921,28 €; Financiamento CICL: 50.792,13 €

Objetivo: Potenciar a emancipação económica e social de mulheres vulneráveis através da criação artística e da valorização económica da tecelagem tradicional guineense.

Grupo-alvo: 3 grupos de mulheres “iardadas”: 52 mulheres; Artesãos individuais e grupos de produtores: 40 produtores; Estrutura Coletiva Local /Cabaz di Terra; Consumidores nacionais e internacionais; Entidades oficiais: Ministério da Mulher, Família e Coesão Social e Direção Geral da Cultura.

10 - Projeto “Edificando Educação” da ONGD SOLSEF

Duração: 2017-2018

Custo Global: 75.818,62 €; Financiamento CICL: 52.351,09 €

Objetivo: Apoiar o desenvolvimento integral e educativo dos alunos das Escolas Primárias (atualmente 248 alunos e 184 alunas) das tabancas de Bariapinde, Batau, Bajob e Mata de Ucó (no Setor de Calequisse, na Guiné-Bissau), com ênfase na aplicação de medidas de ação positiva para incentivar a presença das meninas nas escolas, através do fortalecimento do currículo pedagógico em colaboração com o corpo docente

(4 professores e 1 professora), o reforço das infraestruturas de refeição e a melhoria do sistema de saneamento dos edifícios escolares com a participação da população das tabancas (1.479 elementos) e a delimitação da zona recreativa baseada na aprendizagem inclusiva.

Grupo-alvo: Alunos das escolas primárias das tabancas de Bariapinde, Batau, Bajob e Mata de Ucó (atualmente 248 alunos e 184 alunas); Corpo docente das escolas (4 professores e 1 professora); População das tabancas (1479 elementos).

11 - Projeto “Direitos das Mulheres: Conhecer, Capacitar e Sensibilizar” da ONGD ACEP

Duração: 2016-2018

Custo Global: 142.843,65 €; Financiamento CICL: 42.843,65 €

Objetivo: Fazer um levantamento de lacunas em matéria de direito das mulheres no plano jurídico e competências das organizações; Capacitar as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as instituições públicas em matéria de equidade de género através de ações de formação e informação; Sensibilizar os grupos-alvo e a sociedade em geral para a equidade de género e contribuir para melhorar o quadro jurídico-legal e de proteção dos direitos das mulheres.

Grupo-alvo: Técnicos de 20 OSC; Técnicos da Administração Pública (7 Câmaras Distritais e 3 Instituições da Administração Central); Deputados e decisores políticos; Jornalistas; Mulheres e raparigas santomenses.

12 - Projeto “Mais Voz, Violência Zero” da ONGD ADM Estrela

Duração: 2015-2018

Custo Global: 314.734,23 €; Financiamento CICL: 78.683,53 €

Objetivo: Incrementar a capacidade das instituições de apoio a vítimas de violência doméstica (estatais e não estatais), através de ferramentas que aumentem a qualidade da sua intervenção de São Tomé e Príncipe.

Grupo-alvo: Organismos estatais: 3; Organizações da Sociedade Civil: 10; Técnicos de saúde, polícias, camarários e líderes comunitários; 700 vítimas de violência doméstica; Mulheres; 13.234 crianças e jovens.

13 - Projeto “Mulheres Seropositivas Centro-Americanas a Promover Paz e uma Vida sem Violência” da ONGD OIKOS

Duração: 2014-2017

Custo global: 587 785,00 €; Financiamento CICL: 148 551,00 €

Objetivo: Melhorar a situação social e jurídica das mulheres com o VIH em 3 países centro-americanos.

Grupo-alvo:

Beneficiários diretos: 180 mulheres afrodescendentes com VIH.

Beneficiários indiretos: 220 H, companheiros e filhas das mulheres com VIH; 45 jornalistas e comunicadores sociais; 4 organizações de mulheres seropositivas; 6 organizações feministas com trabalho em violência contra a mulher; 30 operadores de justiça.

Beneficiários indiretos potenciais através de atividades de informação e replicação: 76.000 pessoas.

Grau de execução do Plano: Síntese avaliativa

O presente documento constitui um balanço da implementação do II PNA 1325, durante 2016.

Das 29 medidas previstas 2016, tiveram execução 26, correspondendo a 89,66%, o que se pode considerar globalmente positivo. Este facto reflete o empenho e o compromisso dos vários setores envolvidos, nestas matérias, na sua plena execução.

Efetivamente, com a implementação do I PNA 1325 (2009-2014) as questões “mulheres, paz e segurança” foram sendo progressivamente integradas e incorporadas pelos e pelas profissionais dos vários setores, maioritariamente associadas aos processos de operacionalização, sendo esta uma preocupação que está hoje presente no quotidiano das organizações e faz parte do desenvolvimento das agendas nacional e internacional.

De realçar o relativo aumento de atividades desenvolvidas, pelos vários setores envolvidos, que integram a dimensão da agenda “mulheres, paz e segurança”

Quadro-resumo

Áreas Estratégicas	N.º total de medidas	Nº de medidas previstas para 2016 ou “Durante toda a Vigência do Plano”	N.º de medidas executadas em 2016	Percentagem de medidas executadas em 2016
Área Estratégica 1	6	1+5	6	100%
Área Estratégica 2	5	2+3	4	80%
Área Estratégica 3	9	9	9	100%
Área Estratégica 4	6	4+2	6	100%
Área Estratégica 5	3	1+2	1	33,33%
TOTAL	29	29	26	89,66%

Siglas Utilizadas

- AGNU** – Assembleia Geral das Nações Unidas
- CICL** – Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P
- CIG** – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DGAI** – Direção-Geral de Administração Interna
- DGPJ** – Direção-Geral de Políticas de Justiça
- DGRSP** – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- FS** – Forças de Segurança
- GNR** – Guarda Nacional Republicana
- INML** – Instituto Nacional de Medicina Legal
- MAI** - Ministério da Administração Interna
- MDN** – Ministério da Defesa Nacional
- MJ** – Ministério da Justiça
- MNE** – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- ONG** – Organizações Não Governamentais
- PCM** – Presidência do Conselho de Ministros
- PGR** – Procuradoria-Geral da República
- PSP** – Polícia de Segurança Pública
- RCSNU** – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- RCM** – Resolução do Conselho de Ministros